DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº 010/2021/DFC/CGA/DPPR

O Supervisor do Departamento de Fiscalização de Contratos, no uso das atribuições conferidas pela Resolução 119/2018:

1. Designa os servidores que atuarão como fiscal e suplente, conforme a necessidade, para o contrato abaixo relacionado:

FISCAL DO CONTRATO	RG	SUPLENTE	RG	Nº DO CONTRATO	CONTRATADA	OBJETO
Marcos Garanhão de Paula	6.606.549-9	João Mário Costa Kieltyka	8.307.354-3	007/2021	Odete Scatolon e Helvécio Alves Badaró	Locação de imóvel em Cornélio Procópio/PR

Curitiba, 15 de abril de 2021.

MARCOS GARANHÃO DE PAULA

Supervisor do Departamento de Fiscalização de Contratos

78854/2021

PORTARIA 065/2021/DPG/DPPR

Concede Prorrogação de Licença Maternidade para servidora da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, **considerando** o artigo 18, XIII, da Lei Complementar Estadual nº 136/2011,

CONCEDE

Art. 1º. Concede prorrogação de licença maternidade à servidora pública abaixo relacionada:

Nome	Cargo	RG	Dias	Período	
Bianca Cal Tavares Sitta	Agente Profissional	94135010	26	05/09/2021	30/09/2021

Curitiba, 15 de abril de 2021.

EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO

Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

79075/2021

RESOLUÇÃO DPG Nº 057, 13 DE ABRIL DE 2021

Designa Extraordinariamente Defensores Itinerantes com prejuízo da titularidade

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 18, incisos VII, XII e XIV, da Lei Complementar Estadual nº 136/2011;

CONSIDERANDO o contido do Edital nº 007/2021, e os documentos e inscrições constantes no Protocolo Administrativo nº 17.493.675-7;

CONSIDERANDO o critério da antiguidade previsto também no art. 3º da Deliberação CSDP nº 001/2015;

CONSIDERANDO a necessidade da manutenção dos serviços das unidades da Defensoria Pública e a conveniência e oportunidade no preenchimento dos referidos ofícios (órgãos de atuação), sem prejuízo de outras a serem preenchidas por designação para acumulação de funções, bem como em atenção às exigências contidas na Deliberação CSDP nº 001/2015;

CONSIDERANDO a procedência das razões dos pedidos articulados no Memorando nº 001/2021/Curadoria Especial/DPPR nos autos nº 17.533.104-2 e o interesse público que estes atendem, sem prejuízo a direitos dos usuários do serviço e de outros Defensores Públicos;

CONSIDERANDO, portanto, a aquiescência dos Defensores Públicos com designação extraordinária com prejuízo da titularidade;

RESOLVE

Art. 1º. Designar extraordinariamente o Defensor Público **TIAGO BERTÃO DE MORAES** para atuar junto à 33ª Defensoria Pública de Curitiba, com atribuição para atuar nos casos de curadoria especial cível e de fazenda pública, nos processos da 1ª Vara Cível, 2ª Vara Cível, 3ª Vara Cível, 4ª Vara Cível, 5ª Vara Cível, 6ª Vara Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública e 4ª Vara da Fazenda Pública, em acumulação com a 34ª Defensoria Pública de Curitiba, com atribuição para atuar nos casos de curadoria especial cível e de fazenda pública, nos processos da 7ª Vara Cível, 8ª Vara Cível, 9ª Vara Cível, 10ª Vara Cível, 11ª Vara Cível, 12ª Vara Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública, 5ª Vara da Fazenda Pública e 4º Juizado Especial da Fazenda Pública, com prejuízo da titularidade na 25ª Defensoria Pública Itinerante da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 2º. Designar extraordinariamente a Defensora Pública **ELIANA TAVARES PAES LOPES** para atuar junto à 93ª Defensoria Pública de Curitiba com atribuição para atender à Vara de infrações penais contra crianças, adolescentes e idosos e infância e juventude, em acumulação com a 86ª Defensoria Pública de Curitiba com atribuição para atuar em procedimentos de competência da Vara de Execuções Penais, Medidas Alternativas e Corregedoria dos Presídios do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para defesa dos apenados que cumprem penas restritivas de direitos, em regime aberto, em livramento condicional e medidas de segurança ambulatorial, bem como prestar atendimento jurídico no Fórum das Execuções Penais e ocupar o assento como membro titular da Defensoria Pública no Conselho da Comunidade de Curitiba e no Conselho Penitenciário, com prejuízo da titularidade na 20ª Defensoria Pública Itinerante da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 3º. Designar extraordinariamente a Defensora Pública **AMANDA ZANARELLI MERIGHE** para atuar junto à 35ª Defensoria Pública de Curitiba, com atribuição para atuar nos casos de curadoria especial cível e de fazenda pública, nos processos da 13ª Vara Cível, 14ª Vara Cível, 15ª Vara Cível, 16ª Vara Cível, 17ª Vara Cível, 18ª Vara Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública e 15º Juizado Especial da Fazenda Pública, em acumulação com a 36ª Defensoria Pública de Curitiba, com atribuição para atuar nos casos de curadoria especial cível e de fazenda pública, nos processos da 19ª Vara Cível, 20ª Vara Cível, 21ª Vara Cível, 22ª Vara Cível, 23ª Vara Cível, 24ª Vara Cível e 25ª Vara Cível, com prejuízo para sua titularidade na 30ª Defensoria Pública Itinerante da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 4º. A presente Resolução entra em vigor dia 13 de abril de 2021, produzindo efeitos retroativos ao dia 12/04/2021 a fim de assegurar a proteção da confiança dos usuários do serviço da Defensoria Pública.

EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO
Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

78624/2021